



## CURRÍCULO E DIVERSIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE GUANAMBI-BA: INDAGAÇÕES ACERCA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

*Lizeni Pereira Alves*

Universidade do Estado da Bahia-UNEB  
lizeni\_gbi@hotmail.com

*Dinalva de Jesus Santana Macêdo*

Universidade do Estado da Bahia-UNEB  
dinalvamacedo@hotmail.com

**Resumo:** Este ensaio tem como propósito descrever as experiências vivenciadas como bolsista de Iniciação Científica (IC) no período de agosto de 2016 a julho de 2017, e os saberes adquiridos ao longo deste processo, descrevendo e analisando as práticas educativas dos primeiros anos do Ensino Fundamental, relacionadas à história e cultura afro-brasileira, indígena e quilombola, destacando os fatores que influenciam nesse processo. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que foi realizado na Escola Municipal Vereador Sebastião Malheiros localizada em Mutãs, distrito de Guanambi/Ba. Vale destacar que a pesquisa na Educação Infantil será realizada na segunda fase de IC. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com duas professoras, a diretora e a vice-diretora da escola. Procedeu-se também a análise do Projeto Político Pedagógico da Instituição, tendo como foco, as questões raciais. Para a análise e interpretação dos dados valeu-se da análise de conteúdo na modalidade temática, procurando identificar de que maneira o currículo escolar, o planejamento de ensino e os materiais didáticos abordam as questões étnico-raciais e indígenas além da relação da escola com a comunidade e os conhecimentos que os professores (as) e diretores (as) têm de África e de Quilombos. Ademais, apresenta os resultados alcançados e as contribuições para a minha formação acadêmica.

**Palavras-chave:** Currículo. Diversidade. Questões étnico-raciais.

### Introdução

A pesquisa nesta primeira etapa de iniciação científica, tem como objetivo analisar as práticas educativas dos primeiros anos do Ensino Fundamental, relacionadas à história e cultura afro-brasileira, indígena e quilombola, destacando os fatores que influenciam nesse processo. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que foi realizado no Colégio Municipal Vereador Sebastião Malheiros localizado em Mutãs, distrito de Guanambi/Ba.

Segundo Triviños (2007, p.123) “Na concepção fenomenológica da pesquisa qualitativa, o pesquisador deve estar dotado de amplo e flexível espírito de trabalho”. Dessa maneira poderá dispor de tempos e esforços para a coleta e análise dos dados.

O locus investigativo desta pesquisa é o Colégio Municipal Vereador Sebastião Malheiros que atende 348 alunos do distrito de Mutãs, e comunidades vizinhas, dentre essas, destaca-se a Comunidade Quilombola de Queimadas. A escola conta com 15 professores incluindo diretora e vice-diretora que também lecionam no espaço que não possui coordenador (a) pedagógico.

A referente instituição atende 17 alunos da Comunidade Quilombola de Queimadas, zona rural do distrito, que recebeu pela Fundação Cultural Palmares (FCP). a certificação de auto definição como remanescentes de quilombos, publicada no D.O.U em 09/06/15). Daí justifica-se a inclusão das questões quilombolas neste estudo.

Conforme as narrativas históricas a comunidade Quilombola de Queimadas, “é formada atualmente por 112 famílias, unidas por laços familiares de descendentes diretos das irmãs Ana Marques e Maria Marques” (SANTOS, 2016, p. 1). Como Queimadas não possui escolas, as crianças se deslocam até o distrito de Mutãs para estudar. Atualmente são 17 alunos quilombolas atendidos pela escola. Nessa perspectiva, buscou-se analisar as práticas educativas da escola relacionadas as questões da população negra, indígena e quilombola.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas professoras, a diretora e a vice-diretora da escola. Sobre este tipo de entrevista afirma Gil (2008, p. 11) “é importante que o pesquisado expresse livre e completamente suas opiniões e atitudes em relação ao objeto de pesquisa, bem como os fatos e motivações que constituem o seu contexto”.

Vale destacar que a escola não possui coordenadores pedagógicos e, por isso não estão incluídos nesta pesquisa

Uma das professoras entrevistadas é graduada em Pedagogia e tem especialização em psicologia da Educação, Libras e Gestão Escolar e tem dezenove anos de atuação docente. A outra também é graduada em Pedagogia e tem especialização em Educação Inclusiva, atende especificamente na área da Educação Inclusiva a dezessete anos. Ambas possuem alunos da Comunidade Quilombola de Queimadas em suas salas de aula.

Tanto a diretora e a vice possuem graduação em Pedagogia e especialização em Gestão Escolar e já lecionaram para crianças da Comunidade Quilombola de Queimadas. Ambas atuam há vinte anos na educação.

Inicialmente, valeu-se de levantamentos bibliográficos fazendo uma revisão da literatura em teses, artigos, monografias e demais documentos que discutem essas questões. Dentre os autores que nos ajudam na discussão, podemos destacar: Cavalleiro (2005), Gomes (2007, 2012), Macêdo (2015), Moura (2005), Sant’Ana (2008) e Santos (2016).

Recorreu-se também dos marcos Legais que garantem o Ensino da História e Cultura afro-brasileira e indígena, das Orientações Ações para a Educação das Relações Étnico Raciais, bem

como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A participação no grupo de estudos intitulado: *Educação e relações étnico-raciais: saberes e práticas da população negra e quilombola do Território de Identidade do Sertão Produtivo*, coordenado e ministrado no Campus XII pela minha orientadora, bem como a colaboração no minicurso: *Relações étnico raciais, educação e currículo: reflexões acerca da história e cultura afro-brasileira, africana e quilombola*, que aconteceu em novembro de 2016, na UNEB, Campus VI de Caetitê, foram de grande relevância, na medida em que nos fez refletir e aprofundarmos sobre a temática da pesquisa.

O minicurso Empoderamento da Identidade Negra: entrelaçando as ideias diante dos desafios da sociedade, realizado na XVII Semana Acadêmica de Ensino, Pesquisa e extensão do DEDC Campus XII em setembro de 2016 também ofereceu contribuições significativas para ampliação das discussões sobre a temática em foco.

Para a análise e interpretação dos dados valeu-se da análise de conteúdo na modalidade temática, procurando identificar de que maneira as práticas educativas abordam as questões étnico-raciais, além da relação da escola com a comunidade e os conhecimentos que os professores (as) e diretores (as) têm de África e de Quilombos.

Segundo Gomes (2007, p.74): “através da análise de conteúdo”, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação. Nesse sentido, utilizou-se desta modalidade no intuito de obter respostas para compreender o problema da pesquisa.

Devido ao estágio curricular e as paradas que aconteceram na Universidade, inclusive da educação básica, só foi possível iniciarmos as entrevistas no mês de junho de 2017, dispondo apenas de um sujeito por tarde, uma vez que a escola se preparava para os festejos juninos e todos estavam muito envolvidos com tais atividades.

Antes de coletar os dados, foi realizada uma visita à escola, para explicar os objetivos da pesquisa e agendar o dia das entrevistas no dia marcado, de início procedeu a leitura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para que os interlocutores pudesse assinar. Todos foram bem receptivos e se mostraram interessados em contribuir com a pesquisa, ressaltando a sua importância para a educação. Realizar-se-ia observações nas salas de aula para compreender se as práticas pedagógicas têm contemplado as questões étnico raciais, mas por causa das atividades extras da escola não foi possível. Aqui, compromete-se a fazê-la no decorrer da continuidade da pesquisa.

As professoras foram entrevistadas em seu período de Atividades Complementares (AC) no turno vespertino. Para isso, utilizou-se a biblioteca da escola e gravador. Já a diretora e a vice, foram entrevistadas em seus respectivos gabinetes reservando um momento específico para tal. Ao término das entrevistas com a diretora e vice, ambas acompanharam-nos até a biblioteca da escola para apresentar os livros paradidáticos que contemplam as questões étnico raciais. Via

autorização das mesmas, fizeram-se registros fotográficos de alguns desses exemplares que foram disponibilizados pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que dispõe sobre a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica trazem a importância de se ter nas escolas em seu Art. 2º, II: “recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades das comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012 p.3).

Para tomarmos conhecimento das concepções de educação do currículo formal da escola e o trato com as questões raciais, foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) através de leituras, apontamentos e reflexões.

Vale destacar que na próxima fase de IC que se inicia em agosto, será realizada a pesquisa na Escola Municipal Pedro Barros Prates, localizada em Mutãs, que atende estudantes da Educação Infantil, dentre esses, encontram-se os alunos da Comunidade Quilombola de Queimadas.

### **O trato pedagógico das escolas com as questões étnico-raciais: alguns apontamentos**

Para pesquisar e/ou refletir acerca das práticas educativas de uma escola, é necessário discutir sobre currículo e entendê-lo não apenas como os conteúdos a serem ministrados em salas de aula. Pois, entende-se que o currículo é um “campo” onde a diversidade possa ser evidenciada ou silenciada, a depender da intencionalidade dos sujeitos que o produz.

Não se pode tratar de currículo sem perpassar pela questão da intencionalidade. Para tanto, é necessário levarmos em consideração o fato de que nossos currículos ainda estão imbricados por perspectivas do modelo dominante e excludente de sociedade. Para Silva (2005, p. 147-148):

O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais. O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. O currículo é um aparelho ideológico do Estado Capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político.

Dessa forma, a diversidade não é contemplada na cultura escolar, e, consequentemente nas suas práticas educativas, uma vez que o currículo tem servido para evidenciar e/ou reforçar um modelo específico de sociedade. Modelo este, que não abarca as diferenças culturais.

Diversidade se refere ao diferente, a pluralidade. Pensar esse conceito num contexto escolar é algo muito complexo. Para Sant’Ana (2008, p.55) “Os mitos da sociedade ocidental em



relação às diferenças entre os homens e mulheres surgem dentro de uma realidade inegável: a supremacia da raça branca”. Dessa maneira, o diferente foi segregado na cultura escolar, e pior, os currículos escolares acabam reforçando os processos de discriminação e racismo, uma vez que supervalorizam a cultura branca/europeia/machista em detrimento das demais culturas, principalmente da cultura negra.

Diante disso, corrobora Gusmão (1999, p.43):

Educar, antes de mais nada, envolve interesses, dominação, exploração, revelando a existência do poder e seu exercício sobre os indivíduos, grupos ou sociedades tidos como diferentes. Educar tem sido o meio pelo qual o diferente deve ser transformado em igual para que se possa submeter, dominar e explorar em nome de um modelo cultural que se acredita natural, universal e humano.

Nas escolas, historicamente seguem padrões, desconsiderando as diferenças. Não importa de onde o indivíduo veio ou quem ele seja, é preciso que se “enquadre” nos moldes educacionais existentes. E, nessa lógica como favorecer o reconhecimento e a valorização do outro enquanto diferente, se, nas escolas “todos são iguais”?

Para Cavalleiro (2005, p.67):

A dinâmica brasileira das relações raciais materializa, em toda a sociedade, uma lógica de segregação amparada em preconceitos e estereótipos raciais disseminados e fortalecidos pelas mais diversas instituições sociais, entre elas: a escola, a igreja, os meios de comunicação e a família, em especial.

A partir da Lei 10.639/03 as escolas são obrigadas a trabalhar com a história e a cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2003). Em 2008 a Lei 11.645 ratifica o trabalho com essas questões e inclui também a obrigatoriedade da história e cultura indígena nos currículos escolares da educação básica pública e particular do país (BRASIL, 2008).

Diante desse cenário, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana oferece um conjunto de estratégias para a efetivação das discussões relacionadas à diversidade nas escolas.

Nesse sentido, é na escola onde as diferentes presenças se encontram e é nas discussões sobre currículo onde estão os debates sobre os conhecimentos

escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos alunos e alunas. (BRASIL, 2009, p.14).

Diante dessa problemática apresentada, passaremos a discutir e analisar os dados desta pesquisa de iniciação científica, tomando por base as seguintes categorias temáticas: Os Conhecimentos que se têm de África e Quilombos; As práticas educativas com as questões étnico raciais; e a relação da escola com a Comunidade Quilombola de Queimadas.

Compreende-se que não há como trabalhar as “africanidades brasileiras” nas escolas sem conhecer o mínimo de África e da maneira como foi se constituindo a identidade brasileira a partir das enormes contribuições do povo africano.

Nesse sentido, percebe-se que pouco se conhece sobre a África. Foi comum entre as entrevistadas quando perguntados o que sabiam sobre a África e sobre os quilombos respostas como: “é um continente com vários países” e na maioria das vezes a resposta se resumia a isso. Sobre os quilombos: “comunidade de refugiados”, “fugiam da escravidão”.

As falas seguintes ilustram essas questões: “África é um continente, que a maioria da população é negra e que os negros escravizados aqui no Brasil vieram de lá” (PROFESSORA A). “Que é um continente com muita cultura e que possibilitou em séculos passados uma grande mão de obra escrava ao Brasil” (PROFESSORA B).

É notório, através dessas narrativas, que o conhecimento que as professoras têm da África e dos quilombos é insuficiente para trabalhar com as questões étnicos raciais de forma crítica e contextualizada na escola. Entende-se por não aprofundarem essas temáticas, perpassando pela dimensão histórica, política e cultural, acabam sendo invisibilizadas nos componentes curriculares, sendo discutidos especificamente em datas comemorativas.

No que tange ao estudo da história e cultura dos povos indígenas, percebe-se que são também silenciados na escola, uma vez que trata desse assunto apenas de forma folclórica no Dia do Índio.

Quando se trata das práticas educativas relacionadas às questões étnico raciais, é unânime entre os sujeitos a afirmação de que a diversidade e a valorização do negro são trabalhadas de forma superficial e esporádica em algumas aulas, e ou quando aparecem atitudes de discriminação

entre os alunos, através de xingamentos, bem como na semana da Consciência Negra no mês de novembro. Isso é perceptível nas falas das entrevistadas:

Na escola, essa questão permeia no desenrolar das aulas né? Porque é uma realidade nossa a pluralidade de raças. [...] Nós não estamos preparados pra tá aceitando o outro, até mesmo porque o negro ainda sofre com a discriminação. A própria criança negra se auto rejeita. Então, essa é uma atividade constante de tá conscientizando, de tá falando... Não tá fugindo do conteúdo né? Tanto para que a criança branca ou de outra etnia não venha discriminar a outra, mas também para que a criança negra se aceite preta. [...] Então, é um assunto que surge constantemente. Frequentemente tem uma criança que xingou ou que foi xingada. Tanto quem xinga a gente precisa tá conscientizando. [...] como aquela que é xingada, que ainda acha que é um xingamento quando diz que é preto. Não é? A gente trabalha essa questão. E também tem normalmente em novembro aqui na escola já tem um bom tempo que a escola faz um Projeto mesmo e trabalha assim especificamente a questão da pluralidade cultural. É na semana da Consciência negra (PROFESSORA A).

Na fala dessa educadora, observa-se mais uma vez que as questões étnico raciais são trabalhadas na escola de forma específica apenas na Semana da Consciência Negra, para, além disso, essas questões não são discutidas na escola, apenas quando surge uma situação de discriminação racial, onde o professor (a) se vê obrigado (a) a intervir. Muito embora percebe-se que há entendimento por parte da professora, ao reconhecer que ser chamado de “preto” não é um xingamento. Entretanto, entendemos que nessa situação seria necessária uma discussão mais aprofundada e não somente repreender o aluno que ofende o outro por pertencer a uma etnia diferente da sua.

Assim, compreende-se que é urgente ampliar as discussões no sentido de valorização da diversidade racial na escola.

Considero um desafio desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro (MOURA, 2005, p. 69).

Dando prosseguimento à discussão, ao ser indagada sobre o trabalho da escola com a temática racial, outra professora nos informa, que essas questões são tratadas “em momentos culturais, como no dia da Consciência Negra, com histórias e vídeos, (Kiriku por exemplo)” (PROFESSORA B).

Essas informações mais uma vez sinalizam que as temáticas raciais são trabalhadas de maneira pontual, sem um estudo aprofundado que possa colaborar para romper com atitudes de preconceitos e discriminação presentes na escola. Isso nos remete às Orientações da Educação das Relações Étnico-raciais, que destacam que é necessário a escola reconhecer esse problema para combatê-lo, para que possa promover o respeito mútuo, “o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito” (BRASIL, 2006, p. 23).

Logo inferimos o porquê de alguns alunos não gostarem de estudar sobre a África, sobre o quilombo e sobre a história dos negros no Brasil. Isso certamente acontece porque a história não é contada sob a “ótica dos protagonistas”, mas, trabalhada em nossas escolas sob a concepção europeia de sociedade e por isso inferioriza seus conhecimentos, saberes e culturas.

Quando se fala em quilombo e quilombolas, são associados àquilo que é negativo, “fora da Lei”, sobre os sofrimentos relacionados à escravidão. Não se coloca o enfoque na cultura, nas lutas e nas riquezas da África e dos afro-brasileiros. Como relata a Professora A: “Porque a gente sabe que tem esse preconceito né? De que o negro é inferior por conta de todo esse processo histórico né, da forma como se deu a formação, a chegada do negro aqui e da forma também que se deu a abolição né”?

A pesquisa sinaliza também que as escola mantém sua base de ensino ainda muito focada no livro didático. Ora, se analisarmos os livros didáticos, perceberemos que eles pouco discutem às questões étnico raciais e quando o fazem é de forma superficial, ou estereotipada, trazem a figura do (a) negro (a) como um sujeito inferior, que foi escravizado pelo homem branco etc. Ou seja, há a associação do negro com coisas negativas. Pouco se fala sobre África ou descendentes africanos, e quando o continente africano é trabalhado, os conteúdos são resumidos apenas às aulas de histórias e mostra-se apenas alguns aspectos como: a pobreza, a miséria, a escravidão. Não estuda as riquezas da África, a cultura, a música, a moda, a religiosidade etc.

Coadunando com Macêdo, entendemos que ao trabalhar com essas temáticas na escola, é urgente transgredir “a perspectiva tradicional e eurocêntrica de história, buscar material didático e metodologia dinâmicos, inovadoras e contextualizadas para que os conhecimentos históricos sejam significativos e tenham sentido para os/as alunos/as” (MACÊDO, 2015, p. 122).



Por ser uma escola que atende também alunos de uma comunidade quilombola, percebe-se que pouco se conhece e consequentemente pouco se discute sobre os quilombolas. Evidencia-se um distanciamento entre a escola e a Comunidade. Os próprios sujeitos da pesquisa relatam que o diálogo que se tem com as pessoas da comunidade é para discutir o rendimento das crianças no processo ensino aprendizagem. Sobre as questões quilombolas, pouco se fala. Isso é nítido na fala da professora A:

Eu sei que a comunidade foi reconhecida a pouco tempo. Que a escola por ter um número bom de alunos que é desta comunidade né? Ela falha um pouco. Porque a gente já poderia estar trabalhando mais direcionado com essa questão. Fazer um trabalho mais centralizado, mais específico mesmo. Que viesse contemplar mais essa questão dos alunos de lá, a vivência. *Trazer mais da vivência para os conteúdos escolares e a gente ainda não parou pra fazer (GRIFO NOSSO).*

Vemos através da narrativa que, apesar da professora reconhecer que é preciso fazer dialogar os conteúdos escolares com os saberes e práticas da Comunidade Quilombola de Queimadas, as vivências e saberes das crianças dessa comunidade são invisibilizadas na escola. Os professores que poderiam se utilizar esses conhecimentos para desenvolverem um trabalho específico de valorização e de respeito à cultura e aos descendentes afro-brasileiros, muitas vezes se prendem apenas aos conteúdos propostos pelos livros didáticos, uma vez que tem um “calendário escolar” a cumprir e alegam não ter tempo de incluir essas questões nas disciplinas trabalhadas.

Frente a esse cenário, a escola é convocada a descolonizar o currículo para incluir nas práticas educativas a diversidade, o respeito às diferenças, tendo em vista combater o preconceito e a discriminação presentes no cotidiano escolar.

Nessa perspectiva, Candau (2011, p.16), destaca que:

A escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados. E essa tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar.

Quando indagadas sobre o acervo de livros na escola, as gestoras responderam que existe uma coleção de livros paradidáticos de contos referentes à África, aos africanos e/ou descendentes

de africanos. Esses livros estão na biblioteca disponíveis para as crianças. Entretanto, não existe um trabalho específico para despertar nessas crianças o desejo e a curiosidade por essas leituras. Como expressam as falas abaixo:

[...] A escola recebe alguns exemplares de livros paradidáticos para o acervo da biblioteca, que a gente percebe que leva para esse lado da negritude, da valorização do negro. [...] Para trabalhar as questões quilombolas especificamente; a gente não tem recebido [...] (DIRETORA).

[...] Nós temos vários materiais que podem ser utilizados. Não sei se pode dizer que é um acervo específico. Mas nós temos vários livros didáticos que têm algumas histórias. Tem alguns livros do PNBE que a gente usa. Tem a ‘Menina bonita do Laço de fita’, tem mais uns dois ou três. Tem ‘Meu boneco pretinho’ [...] Tem ‘o canto mais belo que já ouvi’ (parece que é uma menininha negra) (VICE-DIRETORA).

Nas falas das gestoras percebe-se que existem livros na biblioteca da escola que abordam essas questões e que podem ser utilizados pelos professores, para trabalhar a temática racial, principalmente relacionada à população negra. Todavia, as falas dos sujeitos da pesquisa sinalizam que a escola faz pouco uso desses materiais.

Esses dados apontam uma dissonância no que se refere ao trato pedagógico às questões étnico raciais, se levarmos em consideração alguns trechos do Projeto Político Pedagógico da Escola. Um deles, trata-se de um dos objetivos específicos do PPP que é: “Abordar a temática da pluralidade cultural em todas as áreas do conhecimento, despertando o alunado para a valorização da cultura afro-brasileira e indígena” (2016, p. 19).

Isso nos leva a indagar em que medida os currículos escolares expressam uma visão restrita de conhecimento, ignorando e até mesmo desprezando outros conhecimentos, valores, interpretação da realidade, de mundo, de sociedade e de ser humano acumulados pelos coletivos diversos (GOMES, 2007, p. 36).

Em se tratando de escolas quilombolas, isto escolas situadas nessas comunidades, ou de escolas que atendem alunos oriundos desses territórios, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola dispões que: “a escola precisa de currículo, projeto político-

pedagógico, espaços, tempos, calendários e temas adequados às características de cada comunidade quilombola para que o direito à diversidade se concretize” (BRASIL, 2012, p. 15).

Logo, compreendemos que o trabalho que a escola desenvolve no que se refere às questões étnico raciais ainda é muito tímido. Assim sendo, faz-se necessário maiores aprofundamentos da História e cultura africana e afro-brasileira, bem como a valorização dos saberes e vivências dos alunos da Comunidade Quilombola de Queimadas. Portanto, entendemos que a escola precisa e deve contemplar a diversidade em seu currículo e nas suas práticas educativas.

Diante das reflexões apresentadas, coadunamos com Gomes (2012, p. 99), quando destaca que esses sujeitos “chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias.

Para viabilizar um currículo e consequentemente uma pedagogia antirracista, é necessário que haja formação docente/continuada. Os educadores precisam estar atentos à diversidade e às diferenças, de maneira que possam contemplá-las em seus planos de aula e em suas práticas educativas. Para tanto, é imprescindível a efetivação de políticas públicas que garantam de fato a efetivação dos direitos desses sujeitos, que foram historicamente invisibilizados.

## **Considerações**

Esta pesquisa buscou analisar as práticas educativas dos primeiros anos do ensino fundamental, relacionados à história e cultura afro-brasileira, indígena e quilombola, destacando os fatores que influenciam nesse processo.

Através das falas dos sujeitos da pesquisa, evidenciamos que o trabalho da escola com as questões étnico-raciais ainda é muito superficial, esses assuntos são pontuados mais especificamente no mês de novembro ou na Semana da Consciência Negra. Desse modo, as práticas educativas não contemplam os saberes e vivências dos seus alunos, principalmente os advindos da Comunidade Quilombola de Queimadas. Apesar das questões étnico raciais serem contempladas em um dos objetivos específicos do Projeto Político Pedagógico da escola.

Os resultados sinalizam que além do currículo escolar não contemplar as questões da diversidade e das diferenças, outro fator que certamente dificulta o trabalho da escola com a temática racial e com as questões das populações quilombolas é o desconhecimento dos professores sobre a história e a cultura da população afro-brasileira e quilombola.

O trato pedagógico que é dado às questões indígenas não foram contemplados de forma mais aprofundada nesse momento da pesquisa, mas, os objetivos em relação a estes, serão retomados e discutidos, levando em consideração a continuidade do estudo.

No que tange às escolas que atendem alunos quilombolas, é preciso garantir a esses sujeitos, uma educação diferenciada que possibilite o estudo de suas histórias, culturas, saberes e práticas, de maneira contextualizada e não eurocêntrica (MACÊDO, 2015).

Diante deste contexto, entendemos que há urgência de se pensar em um currículo e na formação inicial e continuada de professores que contemplem a diversidade para que as práticas educativas dialoguem com a realidade desses sujeitos. Para tanto, a escola possui um papel significativo no sentido de se constituir enquanto espaço de formação humana e de valorização das diferenças.

Ademais, ressalto a importância de investir no programa de bolsas de Iniciação Científica na universidade, pelas contribuições significativas que propiciam para a formação acadêmica e humana dos pesquisadores envolvidos. Os estudos desenvolvidos nesse período de IC servirão para as discussões e aprofundamento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma vez que o meu objeto de pesquisa dialoga com essa temática em foco.

Portanto, reafirmo a singularidade das aprendizagens adquiridas em “ir a campo” para coletar e analisar os dados.

## Referências

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia par assuntos jurídicos. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 31 de agosto de 2017.



\_\_\_\_\_, Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 31 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico- Raciais.** Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD/MEC. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Ministério da Educação, Brasília 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas.** Rev: Currículo sem fronteiras, v.11, n.2, pp 240-255, Jul/Dez 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. **Discriminação Racial e Pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo.** In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.**

Currículo sem fronteiras, v.12, n1, pp 98-109, Jan/Abr 2012.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Linguagem, cultura e alteridade:** imagens do outro. Cadernos de Pesquisa nº 107, p. 41-78, Faculdade de Educação da UNICAMP, Julho 1999.

MACÊDO. Dinalva de Jesus Santana. **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico/BA: indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais.** Salvador – Bahia, 2015.

MOURA, Glória. **O direito à diferença.** In: MUNANGA, Kabengele (organizador). Superando o racismo na escola. 2º ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANT’ANA, Antônio Olímpio de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados.** In: Superando o racismo na escola – MUNANGA, Kabengele (organizador): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Brasília 2008.

SANTOS, Jamille Pereira Pimentel dos. **Comunidade de Queimadas**. Guanambi, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2007.